



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
Processo Administrativo nº 08350.020030/2025-31

PREGAO ELETRÔNICO
90003/2026 UASG 200350

OBJETO

Registro de preços visando aquisição de equipamentos para expedição de passaporte para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos Participantes.

VALOR DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.715.821,91 (doze milhões, setecentos e quinze mil oitocentos e vinte e um reais e noventa e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

27/05/2026 às 10 horas (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, CNPJ 00.394.494/0029-37, por meio do(a) SELOG/SR/PF/MG, sediado(a) Avenida Raja Gabaglia, 1597, bairro Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30380-435, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de periféricos para emissão de passaportes, para manutenção do sistema de Solução Integrada de Identificação Biométrica (ABIS) para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos Participantes, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 5 (cinco) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6.1. **No item 3** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.2. **O item 5** será exclusivo para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006. 3.7. Será concedido tratamento favorecido para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#) e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1986, concorrendo entre si;
- 3.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.1 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 .1 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.”

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a

segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1. Marca.
- 6.1.2. Fabricante.
- 6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	ITEM	1%

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese

de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17.1 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.2. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

7.17.3. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

7.18. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da [Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.18.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.18.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.18.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.18.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

7.18.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.18.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.18.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.18.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.18.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.18.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.18.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

- 7.20.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.20.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);
- 7.20.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.21.2. empresas brasileiras;
- 7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.5.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado
- 8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3.1. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, através de upload no sistema Compras.gov.br

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno portesamente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à

contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar

ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: edina.emdf@pf.gov.br, com cópia para clayton.caf@pf.gov.br e cpl.selog.srmg@pf.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Especificação dos equipamentos

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

RICHARD MURAD MACEDO

Superintendente Regional

Ordenador de Despesas

SR/PF/MG

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital.

Código de Identificação Ger@AGU: 6604e81773954947324



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD MURAD MACEDO, Superintendente Regional**, em 15/05/2026, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146083734&crc=FE317460.

Código verificador: **146083734** e Código CRC: **FE317460**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 142141242/2025-UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

Processo nº 08350.020030/2025-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de periféricos para emissão de passaportes, para manutenção do sistema de Solução Integrada de Identificação Biométrica (ABIS) para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos Participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					MÍNIMA	MÁXIMA	TOTAL		
1	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini)	Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal AKIYAMA WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	326521	UNIDADE	01	644	644	R\$ 4.307,50	R\$ 2.774.030,00
2	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	272710	UNIDADE	01	500	500	R\$ 4.224,67	R\$ 2.112.335,00
3	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	402123	UNIDADE	01	496	496	R\$ 12.714,36	R\$ 6.306.322,56
4	FLASH EXTERNO MAKO COM SUPORTE PARA CANNON T7	Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	470969	UNIDADE	01	551	551	R\$ 2.649,30	R\$ 1.459.764,30
5	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência - Cota Reservada - ME/EPP	272710	UNIDADE	01	15	15	R\$ 4.224,67	R\$ 63.370,05
CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO								R\$ 12.715.821,91	

1.2. Os bens são caracterizados como comuns, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Classificação do objeto como bens de luxo:

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:

1.4. O critério de julgamento é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação e bens e serviços de informática, sendo necessária a padronização dos equipamentos para fornecimento referente ao parque tecnológico da Polícia Federal.

Prazo de Vigência:

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21 (entrega por escopo).

1.6. As condições de vigência da ata de registro de preços serão detalhadas no Anexo II.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se para manter o sistema ABIS implementado ao longo dos anos de 2019 e 2020 pela Polícia Federal, quando da modernização do parque tecnológico para emissão de passaportes em todo território nacional.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000039/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/06/2025;

III) Id do item no PCA: 78, 79, 80 e 81

IV) Classe/Grupo:

- 7040 - Equipamentos de entrada de dados;
- 7110 - Mobiliário para escritório;
- 6720 - Câmaras fotográficas;
- 6240 - Lâmpadas elétricas.

V) Identificador da Futura Contratação: 200350-00065/2026.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital (2024-2027) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) - 2024-2027, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS - 2024-2027		ALINHAMENTO AO PDTIC - 2024-2027 (Versão 3)			
ID	Objetivos Estratégicos	ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
NI	Formar a Polícia do Futuro, Moderna e Inovadora	N7	Necessidade de Manutenção, Aquisição, Evolução e Desenvolvimento de Soluções de TIC	A184	Evoluir SINPA

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em atender aos objetivos estratégicos do órgão ao realizar a manutenção do sistema atual, substituindo eventuais periféricos danificados e implementando soluções para a continuidade do Sistema ABIS em todo o território nacional, com a construção de um processo único para aquisição centralizada, a ser gerenciada pela SRMG, UASG 200350, a todas as Superintendências da PF no território nacional.

3.3. A implantação do sistema ABIS foi realizada ao longo da contratação realizada através do processo SEI 08206.000027/2019-16, onde foram implementadas soluções modernas para substituição do parque de equipamentos de informática, atendendo as premissas iniciais estudadas naquela ocasião. Aquela aquisição visava substituir os equipamentos para a efetiva implementação e operação do novo sistema automatizado de identificação biométrica, o que aconteceu até meados do fim do registro de preços realizado na época.

3.4. As necessidades tecnológicas estão em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, quanto ao tipo de equipamento, nomenclatura, tempo de vida útil, e tempo de garantia.

3.5. São levados em consideração nas necessidades tecnológicas, os impactos das políticas de segurança da Polícia Federal na performance do equipamento, e as necessidades de robustez dos equipamentos para uso em atividades junto às estações de emissão de passaportes ao longo das unidades da PF.

3.6. As necessidades tecnológicas devem garantir que o equipamento entregue ao usuário, seja adequado a realização de suas atividades, com segurança e desempenho.

3.7. Nas necessidades tecnológicas estão sendo observados os dispostos no Item 5, da SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023:

3.8. Os equipamentos a serem adquiridos já foram homologados pela PF para uso em sistemas de emissão de passaportes e por isso, já tem características próprias adequadas ao sistema ABIS implementado pela PF;

3.9. Serão adquiridos os seguintes equipamentos:

3.9.1. LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1(Watson Mini): Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM);

3.9.2. CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ: Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaporte;

3.9.3. CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+: Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7 (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10);

3.9.4. FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7: Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7 (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601).

3.10. Os valores unitários dos bens a que se pretende adquirir foram obtidos a partir da média de preços encontrados em pesquisas a sites especializados, de preços praticados em atas de registro de preços praticados por órgãos da Administração (PAINEL DE PREÇOS) e preços fornecidos por representantes do comércio de equipamentos especializados, conforme Mapa Comparativo de Preços, já anexada aos autos desse processo (SEI 144929353). Os valores obtidos estão apresentados a seguir, para conformação das demandas das Unidades Gestoras:

3.10.1. LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini): R\$ 4.307,50;

3.10.2. CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ: R\$ 4.224,67;

3.10.3. CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+: R\$ 12.714,36;

3.10.4. FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7: R\$ 2.649,30.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. A necessidade de negócios está em conformidade com o Art. 11, inciso I, da IN SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2. Disponibilizar equipamentos de informática para atender as unidades da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais e em todos os órgãos participantes, para o sistema de emissão de passaportes, atividade pertinente às Delegacias de Imigração (DELEMIG's) e Núcleos de Imigração (NUMIG's).

4.1.3. Disponibilizar equipamentos nas marcas e modelos indicados, de forma a manter o sistema em pleno funcionamento, em conformidade com o parque tecnológico já implementado pela Polícia Federal. Os equipamentos especificados já passaram por processo de homologação, com parâmetros de conexão através de teste de bancada, oferecendo maior qualidade, resistência e ergonomia no uso das estações de trabalho para atendimento ao público.

4.1.4. Os equipamentos devem ter garantias técnicas compatíveis ao seu ciclo de vida, com possibilidade de contratação de planos de extensão da garantia e tempo de reparo rápido, em caso de necessidade de utilizar a garantia técnica.

Requisitos de Capacitação:

- 4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.
- 4.3. A instalação deverá ser realizada pelos servidores da própria Polícia Federal, pelos técnicos de empresas do contrato de suporte técnico de TI das Unidades Gestoras, ou mesmo pelo próprio fornecedor nos casos considerados mais complexos.

Requisitos Legais:

- 4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;
- 4.5. A contratação está aderente à Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

Requisitos de Manutenção:

- 4.6. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.
- 4.7. Os equipamentos deverão ter garantia técnica de, no mínimo, 24 meses, contados do recebimento definitivo.

Requisitos Temporais:

- 4.8. A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos de Segurança e Privacidade:

- 4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e especialmente, conforme o que se segue:
- 4.9.1. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, através de Termo de compromisso de manutenção de sigilo, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.
- 4.9.2. A contratação deverá estar alinhada com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.
- 4.9.3. A Contratada deverá apresentar documento de Política de Segurança da Informação (POSIN), na assinatura do Contrato, a POSIN tem o objetivo de estabelecer diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências, normas e procedimentos de uso, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações, sistemas, documentos, correspondências e publicações, que estejam envolvidos na Contratação.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

- 4.10. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.10.1. Os equipamentos adquiridos devem ter painel de controle e manuais em Língua Portuguesa do Brasil.
- 4.10.2. Os equipamentos adquiridos devem ter nível de ruído definido no termo de referência, em respeito as normas vigentes para evitar desconforto ou danos à saúde dos usuários.
- 4.10.3. Os equipamentos devem obedecer a especificações referentes a segurança ambiental em observação a IN nº 1/2010-SLTI/MPOG.
- 4.10.4. Os equipamentos devem estar em conformidade com a Norma NR17, no quesito ergonomia, sempre que couber, ou quando indicado no Termo de Referência.
- 4.10.5. Os equipamentos devem atender no que couber a norma ABNT-NBR-9050.
- 4.10.6. Em conformidade com o Anexo I, item 13 da Portaria SGD/MGI Nº 2.715, DE 21 de junho de 2023, será levado em consideração na contratação, os aspectos relacionados a Acessibilidade, através da identificação no Órgão de Servidores com necessidade especiais.
- 4.10.7. Os equipamentos devem atender no que couber a norma NBR 9241-11, que define usabilidade e explica como identificar a informação necessária a ser considerada na especificação ou avaliação de usabilidade de um computador em termos de medidas de desempenho e satisfação do usuário, onde:
- 4.10.7.1. Usabilidade: Medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso.
- 4.10.7.2. Eficácia: Acurácia e completude com as quais usuários alcançam objetivos específicos.
- 4.10.7.3. Eficiência: Recursos gastos em relação à acurácia e abrangência com as quais usuários atingem objetivos.
- 4.10.7.4. Satisfação: Ausência do desconforto e presença de atitudes positivas para com o uso de um produto.
- 4.10.7.5. Contexto de uso: Usuários, tarefas, equipamento (hardware, software e materiais), e o ambiente físico e social no qual um produto é usado.
- 4.10.7.6. Sistema de trabalho: Sistema, composto de usuários, equipamento, tarefas e o ambiente físico e social, com o propósito de alcançar objetivos específicos.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

- 4.11. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:
- 4.11.1. As necessidades tecnológicas estão alinhadas com a contratação ocorrida em 2019-2020 (SEI 08206.000027/2019-16), quando o parque tecnológico de hardwares de passaporte foram trocados para atender ao sistema ABIS;
- 4.11.2. As necessidades tecnológicas estão em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, quanto ao tipo de equipamento, nomenclatura, tempo de vida útil, e tempo de garantia.
- 4.11.3. São levados em consideração nas necessidades tecnológicas, os impactos das políticas de segurança da Polícia Federal na performance do equipamento, e as necessidades de robustez dos equipamentos para uso na atividade de emissão de passaportes nas áreas de atendimento ao público.
- 4.11.4. As necessidades tecnológicas devem garantir que os equipamentos a serem instalados nos guichês e mesas de atendimento ao público externo, sejam adequados à realização de suas atividades, com segurança e desempenho.
- 4.11.5. Nas necessidades tecnológicas estão sendo observados os dispostos no Item 5, da SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023;
- 4.11.6. Todos os equipamentos serão observados as melhores práticas em questão de Ergonomia considerando o uso contínuo no trabalho.
- 4.11.7. As especificações devem possibilitar um maior tempo de disponibilidade dos modelos de equipamentos.

Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.12. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

ID 1	ITEM 1 - Leitor biométrico 2x2x1 (Scanner de captura de impressão digital, modo pousado e rolado) CATMAT 326521 - Descrição : Identificador biométrico digital, identificador biométrico digital		
	Característica	Detalhamento da característica	Exigência
1.1.1	Scanner biométrico	Tecnologia que permita captura em modo pousado e rolado	Obrigatório
1.1.2	Área de Leitura	Dimensões da superfície de leitura mínimas de 40 x 35 mm (Largura x Altura)	Mínimo obrigatório
1.1.3	Temperatura de operação	Deve ser capaz de operar entre 0º e 50º C	Obrigatório
1.1.4	Tipo de acionamento	Permitir o acionamento automático do leitor, quando o usuário pousar o dedo, bem como permitir o acionamento automático da captura rolada quando o usuário iniciar a rolagem do dedo	Obrigatório
1.1.5	Filtragem e rejeição de resíduos de impressões digitais	Filtragem e rejeição de resíduos de imagens de impressões digitais. Verificação da capacidade de análise de presença de sujeira no prato do leitor de coleta com parametrização para determinação do limiar de ação para determinar calibragem ou rejeição	Obrigatório
1.1.6	Visualização em tempo real	Permitir a visualização da imagem da impressão digital sendo capturada, em tempo real, na interface do usuário; possibilitar a visualização da impressão digital após a coleta	Obrigatório
1.1.7	Controle de Qualidade	Disponibilizar funcionalidades para o controle de qualidade da coleta, mitigando, em tempo real, vícios de captura. Oferecer indicações visuais e/ou sonoras para auxiliar o operador na captura das impressões digitais (também podendo ser feito via SDK) para: 1. evitar a derrapagem horizontal, vertical e a torção do eixo na imagem; 2. evitar a rolagem dos dedos com velocidade inadequada (incluindo efeito cortina), emitindo indicações dinâmicas de orientação para a captura da impressão digital rolada; 3. evitar o mau posicionamento do dedo para a coleta, incluído indicações do correto posicionamento	Obrigatório
1.1.8	Proteção contra fraude	Disponibilizar recursos que evitem fraudes com simulacros que se assemelhem à impressão digital	
1.1.9	Controle de sequência	Possibilitar ao software de cadastro o controle de sequência no padrão 2:2:1 Possibilitar ao software de cadastro a detecção da presença de dedos repetidos, possibilitando a reparação do erro sem a necessidade de reinício de coleta	Obrigatório
1.1.10	Retomada de coleta após interrupção	Capacidade de retomada da coleta após interrupção, sem perda de dados já coletados e mantendo a consistência do procedimento 2:2:1 Possuir controle de eventos já realizados para que a captura, em caso de interrupção, possa ser retomada do ponto onde foi interrompida, devendo ainda, permitir o controle de sequência da coleta, oportunizando, a comando do operador, a repetição da coleta de qualquer das impressões digitais de qualquer dedo	Obrigatório
1.1.11	Anotação e controle de anomalias	Possibilitar o registro da coleta de fenômenos como amputações, enfaixamento, danificações, ausência de coleta e outros	Obrigatório
1.1.12	Validação de coleta	Disponibilizar funcionalidades de validação da qualidade da coleta, com coleta prévia das impressões pousadas e checagem posterior dos dedos rolados contra as pousadas previamente coletadas, fornecendo uma mensagem de erro em caso de não batimento biométrico entre a impressão digital rolada e sua respectiva pousada	Obrigatório
1.1.13	Detecção de dobra interfalangeana	Identificar a presença da dobra interfalangeana e selecionando/recortando a imagem de forma automática, garantindo a leitura das minúcias apenas acima da dobra e o perfeito posicionamento no que se refere à angulação e à centralização da imagem	Obrigatório
1.2	Conformidade	Detalhamento da conformidade	Exigência
1.2.1	Certificação do FBI	Constar na lista de produtos certificados pelo FBI, tendo como base a especificação Appendix F da Eletronic Biometric Transmission Specification (EBTS)	Obrigatório
1.3	Imagem	Detalhamento da imagem	Exigência
1.3.1	Resolução	500 ppi	Obrigatório
1.4	Software	Detalhamento do software	Exigência
1.4.1	Sistema Operacional Suportado	Windows	Obrigatório
1.4.2	SDK	Fácil integração Permitir customização por parte do fornecedor do software de cadastramento, inclusive contemplando que o equipamento possa ser ligado ou desligado conforme necessidade	Obrigatório
1.4.3	Configuração e atualização	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório

ID 1	ITEM I - Leitor biométrico 2x2x1 (Scanner de captura de impressão digital, modo pousado e rolado) CATMAT 326521 - Descrição : Identificador biométrico digital, identificador biométrico digital		
1.5	Hardware	Detalhamento do Hardware	Exigência
1.5.1	Alimentação	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório
1.5.2	Comunicação	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório
1.6	Documentação	Detalhamento da Documentação	Exigência
1.6.1	Documentação	Fornecer documentação com os procedimentos de instalação e de utilização do equipamento. Esses documentos deverão ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil e entregues em meio digital, de forma compatível com OpenOffice, HTML e/ou PDF	Obrigatório
1.7	Marca	Detalhamento de Marca e Modelo Homologado pela PF no Parque Tecnológico para Emissão de Passaportes	Exigência
1.7.1	AKIYAMA WATSON MINI	Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM	Obrigatório

ID 2	ITEM II - Cenário Fotográfico (Módulo para Captura de imagens fotográficas) CATMAT 272710- QUADRO BRANCO		
2.1	Painel		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
2.1.1	Superfície	Antibrilho, Antissombras, Antipontos da foto digital	Obrigatório
2.1.2	Dimensões	65 cm (largura) x 85 cm (altura) ± 5%	Obrigatório
2.1.3	Formato	2 faces, em cinza 18% (RGB 210, 210, 210) ou padrão Munsell N4 (para servir de balanço de branco) e outra face que permita que a foto capturada resulte em uma imagem com fundo totalmente branco, limpo e sem sombras	Obrigatório
2.1.4	Material	Tela Rígida	Obrigatório
2.1.5	Conformidade	ICAO 9303-3	Obrigatório
2.1.6	Peso da estrutura	10 kg	Máximo Obrigatório
2.2	Suporte para painel		
2.2.1	Tipo	Cenário (conjunto) fotográfico com haste telescópica em 3 seções, com ou sem banquetta dobrável No caso de fornecimento de Cenário Fotográfico com banquetta, esta deve ser completamente dobrável, sem prejuízo para a estabilidade do equipamento e permitindo o uso com uma cadeira externa	Obrigatório
2.2.2	Material	Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência	Obrigatório
2.2.3	Dimensões	Permitir o ajuste de altura da base do painel entre 0.45 m e 0.85 m do solo ± 5 cm	Obrigatório
2.2.4	Manuseio	Ser de fácil montagem e desmontagem sem auxílio de ferramentas, permitindo que o painel seja alternado entre as duas faces (lado branco e cinza)	Obrigatório

ID 3	ITEM III - Câmera fotográfica CATMAT: 402123 - Descrição: Câmera fotográfica digital, tipo zoom: ótico de 5x, tipo foco: automático, tipo visor: lcd, características adicionais: redução olhos vermelhos, cabos conexão computador e, capacidade memória: mínima de 8 mb, resolução mínima: 2,0 megapixels.		
3.1	Sensor de captura de imagem		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
3.1.1	Resolução	16 Megapixels	Mínimo obrigatório
3.1.2	Resolução	Sensor de captura de imagem com resolução mínima suficiente que garanta que a imagem da face capturada, a uma distância de 120 cm, sem zoom digital, apresente, no mínimo, 120 pixels não interpolados entre os olhos. A medida adotada para referência de distância entre o centro dos olhos é de 60 a 65 mm	Mínimo obrigatório
3.1.3	Tipo	Sensor CMOS	Obrigatório
3.2	Lentes		
3.2.1	Tipo	Vidro	Obrigatório
3.2.2	Alcance do foco	Permitir foco de objetos ou pessoas a uma distância entre 50 e 120 cm	Obrigatório
3.2.3	Zoom	Deve possuir zoom óptico	Obrigatório
3.3	SDK		
3.3.1	Abertura e disparo	Permitir o controle pelo SDK	Obrigatório

ID 3	ITEM III - Câmera fotográfica		
	CATMAT: 402123 - Descrição: Câmera fotográfica digital, tipo zoom: ótico de 5x, tipo foco: automático, tipo visor: led, características adicionais: redução olhos vermelhos, cabos conexão computador e, capacidade memória: mínima de 8 mb, resolução mínima: 2,0 megapixels.		
3.1	Sensor de captura de imagem		
3.3.2	Abertura e disparo	Possuir controle manual	Obrigatório
3.3.3	Customização	Permitir que o fornecedor do software de cadastro de pessoas customize o funcionamento, conforme necessidade	Obrigatório
3.4	Funcionalidades		
3.4.1	Balanco de Branco	Automático e personalizado. Nublado, Luz do Dia, Flash, Fluorescente, Tungstênio Ajuste manual do balanço do branco Deve permitir que o dispositivo de captura de imagens digitais dispare uma foto do painel do módulo cenário (lado cinza) e a utilize para calibração automática do balanço do branco	Obrigatório
3.4.2	Sensibilidade	ISO automático, 100 a 3200	Mínimo obrigatório
3.4.3	Sensibilidade	Permitir controle manual do ISO	Obrigatório
3.4.4	Correção de olhos vermelhos	Automática	Obrigatório
3.5	Iluminação		
3.5.1	Flash	Acionamento dos flashes externos por dispositivo de sincronismo óptico por conexão direta, ou por outro tipo de conexão, que seja controlado pelo SDK	Obrigatório
3.5.2	Suporte	A comunicação da câmera com o flash externo deverá ser via sapata Hotshoe ou, caso ela não a possua, esta comunicação deverá ser através de cabo foto sensor conectado a flash pop-up ou a outro item	Obrigatório
3.6	Arquivo de Saída		
3.6.1	Formato	JPEG, RAW	Mínimo obrigatório
3.7	Interface		
3.7.1	USB	2.0 ou superiores	Obrigatório
3.7.2	Cabo	1.5 a 1.8 metros	Obrigatório
3.8	Alimentação		
3.8.1	Interface	Possuir alimentação elétrica, operando de 100 - 130 volts e de 190 - 240 volts, 50/60 Hz (ajuste automático) ou por meio de interface USB 2.0 ou superiores Caso o equipamento não seja bivolt, esta característica deverá ser atendida por meio de fornecimento de um transformador externo com tomada tripolar e potência suficiente para garantir o funcionamento adequado do aparelho	Obrigatório
3.8.2	Baterias	Recarregáveis, sendo aceitos modelos de bateria específicos do fabricante ou do tipo AA ou AAA, com capacidade de carga elétrica mínima de 2.000 mAh .	Obrigatório
3.8.3	Carregador	Carregador compatível com o modelo de bateria fornecido, quando não alimentado por cabo USB	Obrigatório
3.9	Conformidade		
3.9.1	ICAO	9303-3	Mínimo obrigatório
3.9.2	ISO	19794-5	Mínimo obrigatório
3.10	Suporte		
3.10.1	Suporte	Conjunto com sargento, haste e suporte que permita regulagem de altura e ajuste de posição/angulação	Obrigatório
3.11	Marca		
3.11.1	CANNON T7+	Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus)	Obrigatório

ID 4	ITEM IV - Flash Externo com Suporte		
	(Conjunto de flash externo para fotografia) CATMAT: 470969- Descrição : Lâmpada xenônio, potência: 300 w, voltagem: 15 v		
4.1	Suporte		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
4.1.1	Movimento giratório	Nos sentidos verticais e horizontais em ângulo suficiente para ajustes na captura da foto	Obrigatório
4.1.2	Posição e fixação em mesa	As lâmpadas do Flash deverão estar posicionadas, uma ao lado esquerdo e outra ao lado direito da câmera, ambas a uma distância máxima de 10 cm desta, e afixadas no mesmo suporte (sargento).	Obrigatório
4.1.3	Fixação de leitura da face	Cabeça giratória do tipo bola.	Obrigatório
4.1.4	Haste	Com regulagem de altura com amplitude de 30 cm (± 3 cm)	Obrigatório
4.1.5	Material	Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência	Obrigatório
4.1.6	Fonte	Deve possuir fonte (flash gerador) com cabo tripolar para rede	Obrigatório
4.1.7	Cabo	Deve possuir cabo para alimentação	Obrigatório
4.2	Refletores		
4.2.1	Tipo de lâmpada	Xenon	Obrigatório
4.2.2	Número de lâmpadas	02	Obrigatório
4.2.3	Temperatura de cor	5.500 K	Obrigatório
4.2.4	Alimentação	Fonte AC/DC bivolt 110/220	Obrigatório
4.2.5	Sincronização	Sincronização automática com a funcionalidade de captura de face, por meio de sensor óptico ou cabo de sincronismo	Obrigatório

4.3	Marca	Detalhamento de Marca e Modelo Homologado pela PF no Parque Tecnológico para Emissão de Passaportes	Exigência
4.3.1	MAKO	Flash Externo Kit Flash MAKO Modelo ID BIO PFP00437 com gerador	Obrigatório

Requisitos de Implantação:

- 4.13. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:
- 4.13.1. A instalação dos equipamentos será por conta da Contratante, a cargo dos Núcleos de Tecnologia da Informação, NTI's, em cada localidade;
- 4.13.2. Os equipamentos devem ser entregues nas unidades da Polícia Federal em todo o país, nas respectivas quantidades solicitadas, conforme nota de empenho emitidas, em horário comercial, de segunda à sexta, conforme endereços detalhados no item 6.7.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:

- 4.14. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.15. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertando pelo período restante.
- 4.16. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 4.17. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.18. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.19. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 4.20. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.21. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.22. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 4.23. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 4.24. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 4.25. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional:

- 4.26. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação, a não ser os de assistência técnica e de garantia.
- 4.27. Os serviços de assistência técnica e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos fundamentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe:

- 4.28. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação

Requisitos de Metodologia de Trabalho:

- 4.29. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.
- 4.30. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.
- 4.31. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento de 08:00 às 18:00, durante os dias da semana, excluídos feriados, de maneira eletrônica e pro via telefônica.
- 4.32. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade:

- 4.33. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
- 4.33.1. A Contratada deverá entregar junto com a formalização contratual, o Termo de Manutenção e Sigilo, conforme modelo disponibilizado pela Contratante.
- 4.33.2. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, através de Termo de compromisso de manutenção de sigilo, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.
- 4.33.3. As especificações técnicas dos itens levam em consideração a Política Nacional de Segurança da Informação, aprovado pelo Decreto nº 9.637/2018, e a PORTARIA SGD/MGI Nº 852, DE 28 DE MARÇO DE 2023, que dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI.

Sustentabilidade:

- 4.34. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.35. Os bens deverão observar os critérios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (versão Outubro/2025), especificamente no Tema 41 (TIC):
- 4.35.1. A Contratada deverá realizar o descarte adequado de baterias e componentes eletrônicos conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.350/2010) e regulamentos específicos vigentes para o descarte de lixo tecnológico.
- 4.35.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.35.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.35.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.35.5. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

4.35.6. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.36. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas na especificação do objeto a ser adquirido, conforme relacionadas no item 1. Tratam-se de marcas de referência que devem ser fornecidas pelo licitante, conforme Justificativa de Compatibilidade Técnica constante no Estudo de Formalização da Demanda, essencial para o funcionamento do sistema de emissão e entrega de passaportes da Polícia Federal, de acordo com o parque tecnológico implementado desde o ano de 2019 em todas as unidades de emissão no território brasileiro.

4.37. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais possui equipamentos de solução para a emissão de passaportes adquiridos através do Pregão Eletrônico nº 001/2020-DTI/PF, quando foram adquiridos equipamentos das marcas indicadas nesse processo para os leitores de coleta 2x2x1, flashes e câmeras fotográficas, além dos acessórios de emissão e entrega. Tais equipamentos fazem parte de uma solução de TI implementada em todo o território nacional por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, na época da contratação. No entanto, considerando que tal aquisição se realizou entre 2019 e 2020, urge a necessidade de substituição de alguns periféricos e/ou reposição de outros, de forma a evitar a paralisação do serviço em várias unidades. Tal substituição deve ser realizada na mesma marca anteriormente adquirida, pois fazem parte a solução de operação da Polícia Federal, pois a modificação de modelos e/ou marcas traria transtornos operacionais para todo o sistema de emissão, com custos adicionais com homologações e integração de sistemas, justificando assim a manutenção das marcas de equipamentos já utilizados de forma a manter a uniformidade e harmonia com o parque tecnológico existente.

4.38. O entendimento de manutenção de marcas segue as premissas do artigo 41, inciso I, da Lei 14.133/2021, já que se trata de produto padronizado e em uso pela Polícia Federal, como bem apresentado no Estudo de Formalização da Demanda e detalhamento acima, não sendo viável a aquisição de outras marcas disponíveis no mercado, já que não atendem às necessidades específicas dos produtos homologados no sistema da Polícia Federal, havendo obrigatoriedade no fornecimento dos modelos apresentados nesse Termo de Referência de forma a manter a uniformidade e harmonia do parque tecnológico do sistema de emissão e entrega de passaportes.

4.39. **As marcas indicadas são essenciais para garantir a integração com o sistema ABIS da Polícia Federal e somente as marcas indicadas são tecnicamente viáveis para o funcionamento do sistema, não sendo permitida a aquisição de outras marcas.**

Da exigência de carta de solidariedade

4.40. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.41. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

4.42. Por se tratar de licitação com necessidade de atender às marcas e modelos pré-existentis no parque tecnológico da PF, não será necessária a apresentação de amostras, pois todas as marcas e modelos já foram homologadas em processo próprio de TIC.

Garantia da contratação

4.43. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar, em especial por se tratar de objeto de entrega imediata, condicionando o pagamento da nota de empenho à execução total dos bens a serem fornecidos.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.44. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. **Item 5 constante da Tabela 1.11.**

4.45. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.45.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.45.2. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência

4.46. Do objeto da contratação, apenas o **item 01** se enquadra-se na margem de preferência prevista no artigo 26 da Lei nº 14.133/21, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4 de 18/10/204, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS,

4.47. Para o exercício da margem de preferência, o licitante deverá apresentar, no momento da proposta, a documentação comprobatória de que o produto atende às regras de origem nacional e ao Processo Produtivo Básico (PPB), conforme exigido na legislação vigente.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

4.48. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.48.1. Os equipamentos ofertados deverão atender as especificações técnicas do Estudo Técnico Preliminar, as condições de entrega e os prazos de garantia estabelecidos neste Termo de Referência.

5. PAPEIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 5.2. São obrigações do CONTRATADO:
- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;
- 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e
- 5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.
- 6.4. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.5. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, a contar do recebimento da ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, em remessa única.
- 6.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.7. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços, devendo ser agendado por telefone:
- 6.7.1. **UASG 200350:**
- 6.7.1.1. Depósitos do NUMAT/SELOG/SR/PF/MG (2º Pavimento do Edifício Tuma): Avenida Raja Gabáglia, 1684, Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte/MG, CEP 30.441-194;
- 6.7.1.2. Delegacia de Polícia Federal em Ipatinga: Av. Kiyoshi Tsunawaki, nº 50, Bairro Cariru, Ipatinga/MG, CEP 35160-157 e Avenida Usiminas, s/n, Ipatinga/MG (nova sede);
- 6.7.1.3. Delegacia de Polícia Federal em Governador Valadares: Avenida Doutor Agílio Monteiro, 10, Bairro Distrito Industrial, Governador Valadares/MG, CEP 35.040-610;
- 6.7.1.4. Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora: Avenida Brasil, 4150, Bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36.052-600;
- 6.7.1.5. Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia: Avenida João Naves de Ávila, nº 5800, Bairro Pampulha, Uberlândia/MG, CEP 38.408-680;
- 6.7.1.6. Delegacia de Polícia Federal em Uberaba: Rua Delegado Agílio Monteiro, nº 10, Bairro Parque do Mirante, Uberaba/MG, CEP 38.081-000;
- 6.7.1.7. Delegacia de Polícia Federal em Divinópolis: Rua Guaraci Carlos de Freitas, nº 710, Bairro Santa Clara, Divinópolis/MG, CEP 35.500-074;
- 6.7.1.8. Delegacia de Polícia Federal em Montes Claros: Rua Professor Monteiro Fonseca, nº 100, Bairro Vila Brasília, Montes Claros/MG, CEP 39.400-149;
- 6.7.1.9. Delegacia de Polícia Federal em Varginha: Avenida Princesa do Sul, nº 1600, Bairro Rezende, Varginha/MG, CEP 37.062-442.
- 6.7.2. **UASG 200346:** Endereço: Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos - Salvador-BA - CEP: 40460-001;
- 6.7.3. **UASG 200378:** Endereço: Avenida Lauro Sodré, nº 2905, bairro Nacional, Porto Velho-RO, CEP 76.802-449;
- 6.7.4. **UASG 200390:** Endereço: AV. João XXIII, 4500, Recanto das Palmeiras, CEP. 64045-795, Teresina/PI;
- 6.7.5. **UASG 200372:** Endereço: Avenida Ipiranga, 1365 - Azenha - Porto Alegre/RS. CEP 90.160-093;

6.7.6. **UASG 200354:**

- 6.7.6.1. Unidade: PEP - SHOPPING CAMPO GRANDE - Endereço: Av. Afonso Pena, 4909 - Loja 1918A, Santa Fé, Campo Grande/MS, CEP.: 79.031-900 - Telefone para contato: (67) 3303-5850;
- 6.7.6.2. Unidade: UMIG/DPF/CRA/MS - Endereço: Rua Praça da República, nº 51, Centro, Corumbá/MS, CEP.: 79.301-140 - Telefone para contato: (67) 3234-7820;
- 6.7.6.3. Unidade: UMIG/DPF/DRS/MS - Endereço: Rua Aziz Rasselen, 360, Vila Popular, Dourados/MS, CEP.: 79.822-059 -Telefone para contato: (67) 3420-1708;
- 6.7.6.4. Unidade: UMIG/DPF/NVI/MS - Endereço: Avenida Mato Grosso, 1215, Centro, Naviraí/MS, CEP.: 79.950-000 - Telefone para contato: (67) 3409-2855;
- 6.7.6.5. Unidade: UMIG/DPF/PPA/MS - Endereço: Rua Antônio João, 1371, Centro, Ponta Porã/MS, CEP.: 79.904-592- Telefone para contato: (67) 3437-1223;
- 6.7.6.6. Unidade: UMIG/DPF/TLS/MS - Endereço: Shopping Três Lagoas - Av. Jamil Jorge Salomão, 3807, Portal das Araras, Três Lagoas/MS, CEP.:79.644- 900 - Telefone para contato: (67) 3509-0406.

- 6.7.7. **UASG 200404:** Endereço : Quadra 103 sul (ACSO1), Avenida LO 01, Lote 53,Centro, Palmas/TO -CEP 77015-028;
- 6.7.8. **UASG 200344:** Endereço: Av. Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos, Aracaju/SE - CEP: 49.047-100;
- 6.7.9. **UASG 200376:** Endereço: Av. Edmundo P. de Abreu, 826 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, 74823-030;
- 6.7.10. **UASG 200380:** Endereço : BR 364, 3501, PORTAL DA AMAZÔNIA, RIO BRANCO/AC;
- 6.7.11. **UASG 200338:** Endereço: - Setor Policial Sul , SAIS, Quadra 07, Lote 23 - CEP 70.610-902;
- 6.7.12. **UASG 200358:** Endereço: Av. Walter Ananias, 705, Bairro do Jaraguá, em Maceió / AL, CEP 57022-065;
- 6.7.13. **UASG 200394:** Endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova, Natal-RN, CEP 59064-165;
- 6.7.14. **UASG 200360:** Endereço: NUPAS/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP: Rua Hugo D'Antola, nº 95 - Lapa de Baixo - São Paulo/SP - CEP: 05.038-090;
- 6.7.15. **UASG 200392:** Endereço: Avenida Borges de Melo, nº 820, bairro Aeroporto, Fortaleza/CE, CEP: 60.415-900.;
- 6.7.16. **UASG 200352:** Endereço: Avenida Delegado Federal Geraldo Guimaraes, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29114-105.;
- 6.7.17. **UASG 200396:** Endereço: - Rua Aviador Mário Vieira de Melo, 1350, Rodovia BR 230 - Km 16,5 - João Agripino - João Pessoa/PB - CEP: 58.034-045.;
- 6.7.18. **UASG 200370:** Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Bairro Agrônômica, CEP 88035-255, Florianópolis/SC.;
- 6.7.19. **UASG 200364:** Endereço: Rua Professora Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida - Curitiba/PR - CEP: 82640-040.;
- 6.7.20. **UASG 200374:** Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1205 - Araes, Cuiabá-MT, 78008-902;
- 6.7.21. **UASG 200402:** Endereço: Rodovia Norte/Sul, s/nº - Infraero I, Macapá-AP, 68.908-910;
- 6.7.22. **UASG 200386:** Endereço: Av. Almirante Barroso, 3251 - Souza, Belém - PA, 66613-710;
- 6.7.23. **UASG 200388:** Endereço: Av. Daniel de La Touche, nº 4000 - Bairro: Cohama, CEP 65074-115, São Luís/MA;
- 6.7.24. **UASG 200356:** Endereço: Avenida Rodrigues Alves n º1, centro, Rio de Janeiro - RJ;
- 6.7.25. **UASG 200398:** Endereço: Av. Antônio de Goes, n. 60 - Edifício JCPM Trade Center, Pina, Recife - PE, CEP 51010-000;
- 6.7.26. **UASG 200382:** Endereço : Av. Domingos Jorge Velho, 40 - Dom Pedro, Manaus - AM, CEP. 69042-470;
- 6.7.27. **UASG 200366:** Endereço: Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Av. Paraná, 3471, Jardim Pólo Centro. Foz do Iguaçu/PR - CEP 85864-455.
- 6.7.28. **UASG 200384:** Endereço: Avenida Brasil, nº 551 -b. Treze de setembro - Boa vista/RR CEP 69308-050

Quantidade de Bens por Unidade Gestora (UASG):

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE														
		AC UASG 200380	AL UASG 200358	AM UASG 200382	AP UASG 200402	BA UASG 200346	CE UASG 20392	DF UASG 200338	ES UASG2 200352	GO UASG 200376	MA UASG 200388	MG UASG 200350	MS UASG 200354	MT UASG 200374	PA UASG 200386	P UA 200
1	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1(Watson Mini)	4	4	13	9	30	15	12	25	12	6	45	22	8	22	6
2	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÊ	4	4	5	9	30	10	12	25	20	6	15	19	8	112	6
3	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	4	4	7	9	30	11	12	25	12	6	32	19	2	15	6
4	FLASH EXTERNO MAKO COM SUPORTE PARA CANNON T7	4	4	7	9	30	11	12	25	12	6	35	20	7	17	6

Formas de transferência de conhecimento

- 6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.11.1. Ordem de Fornecimento de Bens;
- 6.11.2. Ata de Reunião;
- 6.11.3. Ofício;
- 6.11.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.11.5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, serão fornecidos pela contratante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da [IN SGD/ME nº 94, de 2022](#), e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#), observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#), coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.19. Compete ao gestor, além das obrigações legais, enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

CrITÉRIOS DE Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

7.31. O procedimento de teste e inspeção deverá ser realizado pela equipe de fiscalização, com participação dos Fiscais Requisitantes, Fiscais Técnicos e Fiscais Administrativos.

7.31.1. Rotina para recebimento provisório dos itens contratados:

7.31.1.1. Conferir a quantidade de volumes apresentados, com a quantidade de volumes contidos na nota fiscal.

7.31.1.2. Verificar se a carga foi embalada de forma satisfatória, e se há algum tipo de dano visível.

7.31.1.3. Verificar se a nota fiscal está acompanhada de documentação contendo o número serial dos equipamentos.

7.31.1.4. A nota fiscal deve estar em alinhamento com os itens descritos na Ordem de Entrega.

7.31.1.5. Havendo danos aparentes nas caixas, inconformidade na quantidade, ou irregularidades na nota fiscal, a carga deverá ser rejeitada e a Contratada imediatamente comunicada.

7.31.1.6. Estando a documentação e a carga de mercadorias em condições de recebimento provisório, a equipe deverá registrar o Recebimento provisório no Sistema SEI, anexando a nota fiscal e demais documentos recebidos, recomenda-se fotografar a carga e guardar a carga de equipamentos em local seguro e abrigado.

7.31.2. Rotina para aceite definitivo dos itens:

7.31.2.1. A rotina deverá ser executada pela equipe de Aceitação/Fiscalização da Contratante

7.31.2.2. A equipe de aceitação deverá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.31.2.3. Verificar se a quantidade de cada item entregue, está em conformidade com a quantidade constante na Ordem de Entrega e na nota fiscal.

7.31.2.4. Verificar se cada item entregue está acompanhado de seus acessórios, conforme descrito nas especificações técnicas do Estudo Técnico Preliminar.

7.31.2.5. Fazer inspeção visual para verificar possíveis danos.

- 7.31.2.6. Verificar se os itens entregues são os mesmos dos modelos contidos na ATA de registro de preços.
- 7.31.2.7. Verificar se Todos os equipamentos fornecidos são novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil.
- 7.31.2.8. Devem ser recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.31.2.9. Havendo conformidade e aceitação, a equipe deve proceder com o aceite definitivo, caso contrário a Contratada deve ser comunicada sobre as irregularidades e solicitada a corrigir.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.32. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto (90 dias corridos)
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>	

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.33. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 08 (oito) horas úteis.	Multa de 1 (um) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5(cinco) dias úteis.
		Após o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á multa de 3 (três) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 0,5 (meio por cento) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 1,00 (um) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 1,5 (um e meio) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.

		<i>Glosa de 2,0 (dois) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.</i>
		<i>Multa de 2,5 (dois e meio) % sobre o valor do Contrato e Glosa de 3 (três) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.</i>
3	Fechar um chamado de garantia sem resolver o problema.	Aplicação de multa de 1% sobre o valor do item em reparo
4	Indisponibilidade dos meios de abertura e acompanhamento de chamados de atendimento em garantia.	Advertência por escrito no primeiro dia de indisponibilidade. No caso de reincidência, multa de 0,5% do valor do contrato por dia de indisponibilidade
5	<i>Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<i>Advertência.</i> <i>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 (cinco) % do valor total do Contrato.</i>

7.34. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 7.34.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 7.34.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
1	<i>Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.</i>	<i>Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 7 (sete) dias úteis.</i>
		<i>Após o limite de 7 (sete) dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.</i>
2	<i>Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)</i>	<i>Glosa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.</i>
		<i>Glosa de 1 % (um por cento) sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.</i>
		<i>Glosa de 2,5 % (dois e meio por cento) sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.</i>
		<i>Glosa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.</i>
		<i>Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato e Glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.</i>
3	<i>Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<i>Advertência.</i> <i>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.</i>

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.4.4. Multa:
 - 8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias
 - 8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

- 8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis
- 9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 9.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.10.1. o prazo de validade;

- 9.10.2. a data da emissão;
- 9.10.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 9.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.10.5. o valor a pagar; e
- 9.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

9.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

9.26. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

9.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. [\[A14\]](#) (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

9.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Condições de Pagamento do Setor Privado

9.31. As condições de aquisição e pagamento estabelecidas são semelhantes às praticadas no setor privado.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

10.2. A adjudicação por item justifica-se pela natureza dos equipamentos objeto desta contratação (periféricos de TI para o sistema ABIS), que possuem mercados fornecedores distintos e não apresentam dependência técnica ou funcional entre si que exija a aquisição conjunta. Tal medida visa ampliar a competitividade, evitando a restrição do certame e garantindo a obtenção de preços de mercado mais vantajosos para cada categoria de equipamento, em estrito cumprimento ao art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A adoção do critério de **Menor Preço** fundamenta-se nos arts. 33 e 34 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto consiste em bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. As exigências técnicas mínimas descritas neste Termo de Referência são suficientes para garantir que a proposta de menor valor atenda plenamente às necessidades operacionais da Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e órgãos participantes.

10.4. O modo de disputa será o **ABERTO E FECHADO**, conforme o art. 56, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Da Aplicação da Margem de Preferência

10.5. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Forma de fornecimento

10.6. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

10.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.8. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.11. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.13. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.14. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.15. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Econômico-Financeira

10.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. Para fins de habilitação, será exigido o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação. **Justificativa:** O percentual máximo justifica-se pelo vulto da contratação e pela essencialidade dos equipamentos para a não interrupção do serviço nacional de emissão de passaportes

Qualificação Técnica

10.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s)

pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.33.1. A LICITANTE, detentora da melhor proposta, deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, 1 (um) ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, a ser (em) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, nacional ou estrangeira, em documento timbrado, e que comprove (m) que a licitante já forneceu no mínimo a quantidade registrada de equipamentos iguais ou similares, considerando que tal exigência justifica-se pela alta precisão técnica na emissão de passaportes (Sistema ABIS) e a necessidade de garantir que o fornecedor possua expertise logística no volume solicitado, de acordo com os seguintes limites:

10.33.1.1. Item I (Leitor Biométrico): mínimo de 10% (dez por cento) da quantidade estimada;

10.33.1.2. Itens II, III e IV (Kit Fotográfico): mínimo de 20% (vinte por cento) da quantidade estimada, tomando-se como referência de quantitativo o item principal do kit (Item III - Câmera Fotográfica).

10.33.2. A exigência visa garantir a compatibilidade de integração entre os periféricos e o software de captura da Polícia Federal, sendo o percentual fixado abaixo do limite de 50% previsto no art. 67, § 2º da Lei 14.133/21 para assegurar a ampla competitividade.

10.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.37. Para os Itens todos os itens, o Atestado de Capacidade Técnica poderá ser substituído por declaração do fabricante do equipamento ofertado, informando que a Licitante é sua representante no Brasil ou que está autorizada/credenciada a comercializar os referidos bens neste país. Os documentos de origem estrangeira deverão estar autenticados pelos respectivos consulados ou por cartórios autorizados a fazer apostilamentos pela convenção de Haia e traduzidos para o português do Brasil por tradutor juramentado.

10.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.38.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Condições Gerais sobre habilitação

10.39. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$12.715.821,91** (doze milhões, setecentos e quinze mil oitocentos e vinte e um reais e noventa e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Por se tratar de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 0001/200350;

II) Fonte de Recursos: 101900000000;

III) Programa de Trabalho: 233094;

IV) Elemento de Despesa: 449052

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

- 12.3. O pagamento será realizado na medida que os equipamentos forem recebidos de forma definitiva nas Unidades Gestoras.
- 12.4. A aquisição dos periféricos segue a seguinte dinâmica:
- 12.4.1. **Empenho e Ordem de Fornecimento (Início do prazo):** Início da contagem do prazo após a assinatura da nota de empenho;
- 12.4.2. **Fornecimento (0 a 90 dias):** Prazo máximo para a contratada entregar todos os equipamentos no local designado;
- 12.4.3. **Recebimento Provisório (até 15 dias após a entrega):** A Administração tem até 15 dias (dentro do prazo de 30) para conferir a integridade física e os modelos entregues;
- 12.4.4. **Recebimento Definitivo (até 15 dias após o recebimento provisório):** Após testes de compatibilidade com o sistema da Polícia Federal e conferência das especificações do Anexo I, é emitido o Termo de Recebimento Definitivo;
- 12.4.5. **Liquidação e Pagamento:** Realizado em até 30 dias após a emissão do Recebimento Definitivo e apresentação da Nota Fiscal.
- 12.5. Conforme solicitado, os itens devem obrigatoriamente ser das marcas/modelos especificados (Watson Mini, Canon T7+, Flash Mako) devido à necessidade de padronização com o parque tecnológico da PF.
- 12.6. O pagamento será realizado mensalmente, ou por demanda, proporcionalmente aos equipamentos recebidos de forma definitiva, conforme a seguinte dinâmica de eventos:

Evento	Etapas	Prazo Máximo (Dias Corridos)	Condição para Liberação
1	Ordem de Fornecimento	T0 (Data da Solicitação)	Emissão do Empenho e Ordem de Serviço.
2	Fornecimento (Entrega)	Até 90 dias após T0	Protocolo de entrega nas Unidades Gestoras.
3	Recebimento Provisório	Até 15 dias após a Entrega	Conferência de integridade e modelos.
4	Recebimento Definitivo	Até 15 dias após o Provisório	Testes de compatibilidade e aceite técnico.
5	Pagamento	Conforme Art. 141 da Lei 14.133	Após liquidação da Nota Fiscal.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas nesse Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. DOS ANEXOS

- 14.1. ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS EQUIPAMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE
- 14.2. ANEXO II - MINUTA DE ATA DE SRP COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO;
- 14.3. ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

DANIEL CARVALHO DOS SANTOS
Agente de Polícia Federal
Integrante Administrativo - Titular
UPLAN//SELOG/SR/PF/MG

15. DESPACHO DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 15.1. Ciente dos documentos acima.
- 15.2. Ao Ordenador de Despesas para aprovação do Termo de Referência.

ANA CAROLINA MOREIRA STRINGHETA
Escrivã de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/MG

16. DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

- 16.1. Nos termos do artigo 18 da lei nº 14.133/2021, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico.
- 16.2. Declara-se nos termos do artigo 3º do Decreto nº 10.193/2019 que a presente contratação não se enquadra em atividade de custeio, por se tratar de itens de investimento.
- 16.3. Os itens que se pretende adquirir são necessários ao desenvolvimento das atividades fins da Polícia Federal.

RICHARD MURAD MACEDO
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas
SR/PF/MG

Belo Horizonte, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD MURAD MACEDO**, **Superintendente Regional**, em 15/05/2026, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA MOREIRA STRINGHETA**, **Chefe de Setor**, em 14/05/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL CARVALHO DOS SANTOS**, **Agente de Polícia Federal**, em 14/05/2026, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146083306&crc=BC98D9CF.
Código verificador: **146083306** e Código CRC: **BC98D9CF**.

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MG

Estudo Técnico Preliminar 16/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08350.020030/2025-31

2. Descrição da necessidade

A necessidade decorre da obrigação legal da Polícia Federal em emitir documentos de viagem e realizar a identificação civil e criminal. Atualmente, o parque tecnológico apresenta sinais de **exaustão técnica e obsolescência física** devido ao uso intensivo (alto fluxo de atendimentos). A falha de um único leitor biométrico ou câmera resulta na interrupção imediata do posto de atendimento, gerando filas, reclamações judiciais e o cerceamento do direito constitucional de locomoção (Art. 5º, XV, CF). A solução visa substituir ativos com custo de manutenção elevado e garantir a estabilidade do sistema **ABIS** (Automated Biometric Identification System).

A necessidade não é apenas a "compra de peças", mas a **garantia da continuidade do Serviço Público de Emissão de Documentos de Viagem**.

- **Contexto Crítico:** O sistema ABIS exige periféricos com integração via SDK (Software Development Kit) específico. A indisponibilidade de um leitor biométrico ou câmera inviabiliza a estação de trabalho por completo.
- **Problema a resolver:** Superar o "vazio tecnológico" gerado por equipamentos com mais de 5 anos de uso, cujos custos de reparo superam 50% do valor de um novo (anticonvencionalidade da despesa) e cujos drivers de software tornaram-se instáveis em versões atuais de sistemas operacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DELEMIG/DREX/SR/PF/MG	DPF CRISTIANO COSTA SILVA

4. Necessidades de Negócio

O objetivo de negócio é manter a **Disponibilidade Crítica** do Sistema de Passaportes em 100% do tempo de operação. A interrupção dos serviços biométricos impacta não apenas a conveniência do cidadão, mas a segurança nacional, uma vez que a captura precisa de dados é a única forma de garantir a integridade da identidade do portador do documento de viagem, prevenindo fraudes e falsificações em âmbito internacional.

A presente contratação visa atender aos objetivos estratégicos do órgão ao realizar a manutenção do sistema atual, substituindo eventuais periféricos danificados e implementando soluções para a continuidade do Sistema ABIS em todo o território nacional

Para tanto, foi construído processo de compra centralizada, a ser gerenciada pela SRMG, UASG 200350, a todas as Superintendências da PF no território nacional

5. Necessidades Tecnológicas

NECESSIDADE, EQUIPAMENTOS E FUNCIONALIDADES DE NEGÓCIOS DA ÁREA REQUISITANTE:

A solução exige conformidade com a **Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023**, que dita padrões para ativos de TIC. Os equipamentos devem possuir **interoperabilidade nativa** com o sistema ABIS da PF, o que implica suporte total a drivers de arquitetura 64 bits e integração via **SDK (Software Development Kit)**. A tecnologia deve ser capaz de operar em ambientes de baixa luminosidade (no caso das câmeras) e garantir a captura de digitais mesmo de dedos secos ou com pouca crista papilar (no caso dos leitores), utilizando tecnologia de captura multiespectral ou equivalente homologada.

São levados em consideração nas necessidades tecnológicas, os impactos das políticas de segurança da Polícia Federal na performance do equipamento, e as necessidades de robustez dos equipamentos para uso em atividades junto às estações de emissão de passaportes ao longo das unidades da PF.

As necessidades tecnológicas devem garantir que o equipamento entregue ao usuário, seja adequado a realização de suas atividades, com segurança e desempenho.

Nas necessidades tecnológicas estão sendo observados os dispostos no Item 5, da SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023:

Os equipamentos a serem adquiridos já foram homologados pela PF para uso em sistemas de emissão de passaportes e por isso, já tem características próprias adequadas ao sistema ABIS implementado pela PF;

Serão adquiridos os seguintes equipamentos:

- LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1(Watson Mini): Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM);
- CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIP: Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaporte;
- CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+: Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7 (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10);
- FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7: Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7 (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601);

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Os bens a que se pretende adquirir serão tratados individualmente, por item, por se tratar de solução para atendimento ao Passaporte Brasileiro com implementação da Solução Integrada de Identificação Biométrica (ABIS) que já é utilizada pela Polícia Federal.

Os equipamentos já estão homologados pela PF e trata-se de solução já implementada, cujas características a seguir já estão implementadas nas marcas que serão admitidas no processo licitatório, de acordo com a tabela a seguir:

ORÇAMENTO ESTIMADO				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
I	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini)	644	R\$ 4.307,50	R\$ 2.774.030,00
II	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	415	R\$ 4.224,67	R\$ 1.753.239,43
III	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	496	R\$ 12.714,36	R\$ 6.306.322,56
IV	FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7	551	R\$ 2.649,30	R\$ 1.459.736,30
Total Estimado para a Licitação R\$ 12.239.356,29				

Além da performance técnica, os requisitos incluem:

- **Conformidade Normativa:** Atendimento aos padrões ICAO Doc 9303 e ISO/IEC 19794-5 para reconhecimento facial.
- **Certificações de Segurança:** Leitores biométricos obrigatoriamente certificados pelo FBI (Appendix F) para garantir precisão forense.
- **Garantia e Suporte:** Exigência de 24 meses de garantia técnica, com modalidade on-site ou logística reversa custeada pela contratada, garantindo que postos remotos (fronteiras) não fiquem desassistidos.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A estimativa de quantitativos baseou-se no levantamento diagnóstico realizado junto a todas as Superintendências Regionais (SEI 142123374).

- **Memória de Cálculo:** Considerou-se o número de estações ativas (716 no total), aplicando-se uma taxa de reposição por falha técnica/física de aproximadamente **15%** para itens de desgaste (leitores e flashes) e a reserva técnica para 45 novos postos previstos no plano de expansão nacional.
- **Rastreabilidade:** As quantidades específicas por UF (pág. 8 e 9 do ETP) refletem a demanda real enviada pelos setores técnicos locais.

	ITEM I	ITEM II	ITEM III	ITEM IV
	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mni)	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7
SR/DPF/AC	4	4	4	4
SR/PF/AL	4	4	4	4
SR/PF/AM	13	5	7	7
SR/PF/AP	9	9	9	9
SR/PF/BA	30	30	30	30
SR/PF/CE	15	10	11	11
SR/PF/DF	12	12	12	12
SR/PF/ES	25	25	25	25
SR/PF/GO	12	20	12	12
SR/PF/MA	6	6	6	6
SR/PF/MG	45	15	32	35
SR/PF/MS	22	19	19	20
SR/PF/MT	8	8	2	7
SR/PF/PA	22	12	15	17

SR/PF/PB	6	6	6	6
SR/PF/PE	10	3	11	14
SR/PF/PI	8	10	4	5
SR/PF/PR	20	5	25	30
SR/PF/RJ	27	10	2	28
SR/PF/RN	6	4	6	6
SR/PF/RO	8	4	10	8
SR/PF/RR	5	5	5	5
SR/PF/RS	30	30	30	30
SR/PF/SC	26	7	5	5
SR/PF/SE	8	5	8	10
SR/PF/SP	256	142	170	198
SR/PF/TO	5	4	5	5
DPF/FIG/PR	2	1	1	2
TOTAL GERAL	644	415	496	551

8. Levantamento de soluções

Foram avaliadas três alternativas:

1. **Status Quo (Manutenção Corretiva):** Inviável, pois o custo de reparo de itens obsoletos supera o valor de mercado.
2. **Locação Global (DaaS):** Descartada por envolver custos recorrentes elevados e complexidade na gestão patrimonial de ativos que circulam por todo o território nacional.
3. **Aquisição de Periféricos (Solução Escolhida):** Permite a gestão direta pela PF, aproveita a infraestrutura de TI já existente e possui o menor custo total em um horizonte de 5 anos.

Os bens a que se pretende adquirir será dividida em **04 (quatro) Itens Independentes**.

Justificativa: O parcelamento é a regra (Art. 18, §1º, VIII da Lei 14.133/21). Embora os itens componham um kit, o mercado de TIC permite a aquisição separada de leitores, câmeras e flashes de diferentes fabricantes sem prejuízo à integração, desde que respeitados os requisitos de homologação (SDK e Drivers). Isso amplia a competitividade e garante a obtenção de melhores preços.

Justificativa para Padronização e Indicação de Marca (Ref. Art. 41, I, Lei 14.133/21)

- **Interoperabilidade:** O sistema ABIS da PF é customizado para os SDKs das marcas **Akiyama (Watson Mini)** e **Canon (Linha EOS)**. A introdução de marcas distintas exigiria o desenvolvimento de novos módulos de software, testes de homologação e riscos de segurança da informação, gerando custos extras de desenvolvimento superiores à economia de uma eventual troca de marca.
- **Eficiência Operacional:** Servidores e técnicos já estão treinados no manuseio e manutenção básica desses modelos específicos, otimizando o tempo de resposta em campo.

9. Análise comparativa de soluções

A aquisição de periféricos modulares (itens separados) mostrou-se superior às soluções "All-in-One". Em dispositivos integrados, a quebra de um sensor biométrico inutiliza a câmera e o flash acoplados. Na solução modular adotada, a manutenção é pontual e barata. Além disso, a modularidade permite o **parcelamento do objeto**, aumentando a competitividade entre fornecedores especializados de cada nicho (biometria vs. fotografia).

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Considerou-se inviável a aquisição de câmeras e periféricos de linha "consumer" (doméstica), pois estes não possuem robustez para 8 horas de operação ininterrupta e não oferecem SDK para controle via software externo, o que impediria a automação da captura necessária no fluxo do passaporte.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

O **Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership)** projeta que a aquisição é a opção mais econômica:

- **Anos 1 e 2:** Custo de manutenção zero (coberto pela garantia de 24 meses).
- **Anos 3 a 5:** Manutenção executada pelas equipes de suporte técnico de TI já contratadas pela PF.
- **Final do Ciclo:** Valor residual mitigado pela obrigação de logística reversa da contratada, desonerando a administração do custo de descarte de resíduos eletrônicos.

A análise de custos (R\$ 12.239.356,29) considera o **Total Cost of Ownership (TCO)**.

- **Ciclo de Vida:** Estima-se um ciclo de vida útil de **60 meses** para os equipamentos.
- **Sustentabilidade:** Ao fim da vida útil, será aplicada a **logística reversa** para componentes eletrônicos (baterias e sensores), conforme a Lei nº 12.305/2010. O custo de manutenção preventiva será absorvido pelas equipes de TI da própria PF, reduzindo custos futuros de serviços agregados.

ORÇAMENTO ESTIMADO				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
I	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini)	644	R\$ 4.307,50	R\$ 2.774.030,00
II	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	415	R\$ 4.224,67	R\$ 1.753.239,43

III	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	496	R\$ 12.714,36	R\$ 6.306.322,56
IV	FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7	551	R\$ 2.649,30	R\$ 1.459,736,30
Total Estimado para a Licitação R\$ 12.239.356,29				

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A contratação deve seguir rigorosamente a **Instrução Normativa SGD/MGI nº 94/2022**.

REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO:

Não serão necessárias ações de capacitação. A instalação deverá ser realizada pelos servidores da própria Polícia Federal, pelos técnicos de empresas do contrato de suporte técnico de TI das Unidades Gestoras, ou mesmo pelo próprio fornecedor nos casos considerados mais complexos.

REQUISITOS LEGAIS:

A contratação deve seguir as determinações da IN SGD/ME 01/2019 e suas alterações, com todas as orientações e modelos propostos.

O guia de boas práticas em contratação de Soluções de Tecnologia da Informação (Versão 3.0).

Orientações da IN SGD/ME 01/2019 e da AGU para confecção do Termo de Referência.

Guia de boas práticas orientações e vedações para contratação de ativos de TIC (Versão 4).

CATÁLOGOS DE TIC

Declaramos que foram consultados os **Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas** (Art. 9º, §6º da IN 94/2022), verificando-se que os itens pretendidos atendem aos requisitos de padronização do SISP.

REQUISITOS DE MANUTENÇÃO:

A garantia será de **24 meses**, conforme prática de mercado para ativos de hardware de alta disponibilidade.

REQUISITOS TEMPORAIS:

Após a conclusão do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETPC), o documento deverá ser encaminhado para análise e posterior aprovação do Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação da Polícia Federal.

A confecção do Termo de Referência será realizada após a conclusão desse ETPC, de forma a possibilitar o envio pela Advocacia Geral da União.

Será realizada consulta à todas as unidades gestoras em concomitância com o envio à Assessoria Jurídica para anexação dos Termo de Participação atualizados, considerando o acréscimo de equipamento no lote único e atualização dos preços.

REQUISITOS DE SEGURANÇA:

Dever ser especificado no termo de referência a questão da segurança ambiental em observação a IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG.

No caso de manutenção em garantia, deve ser adotada a prática de restringir o acesso a uma quantidade reduzida de terceiros, inclusive liberando o acesso após aprovação dos setores de inteligência.

Dever ser informado no termo de referência, a necessidade da função de impressão segura.

Deve ser verificado antes da instalação dos equipamentos adquiridos, se as condições dos circuitos elétricos estão em conformidade com as normas técnicas NBR, para evitar danos e, conseqüentemente, perda de garantia.

REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:

Os equipamentos adquiridos devem ter painel de controle e manuais em Português BR.

Os equipamentos adquiridos devem ter nível de ruído definido no termo de referência, em respeito as normas vigentes para evitar desconforto ou danos à saúde dos usuários.

Os equipamentos devem obedecer a especificações referentes a segurança ambiental em observação a IN nº 1/2010-SLTI/MPOG.

ANÁLISE DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

VANTAGENS:

O equipamento pode ser adquirido com no mínimo 48 (quarenta e oito) meses de garantia.

A gestão da solução é toda realizada pela Polícia Federal.

O acesso da contratante ocorre somente nos casos de falha, e o equipamento pode ser retirado do setor onde a questão da segurança é crítica para receber manutenção.

A troca de consumíveis é realizada sem necessidade do acionamento da contratante.

Existe o controle mais efetivo na questão da segurança da informação.

Faz-se desnecessário a renovação anual do contrato.

DESVANTAGENS:

O custo inicial da contratação geralmente é maior.

Parte da manutenção é realizada por servidores da Polícia Federal ou pelas empresas contratadas para prestação de Serviços de TI, cujo trabalho envolve: instalação, configuração, remanejamento, troca de consumíveis e/ou acionamento de garantia dos equipamentos.

RECURSOS NECESSÁRIOS A IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO

RECURSOS MATERIAIS:

Recurso Material 01:

Descrição do recurso: instalação de tomadas de energia e de tomadas de rede, passagem dos cabos necessários para interligação, e adequação da proteção elétrica e aterramento.

Quantidade: Deve ser de responsabilidade do Setor/Núcleo de Tecnologia da Informação de cada Unidade Gestora, levantar as necessidades de material para fazer a adequação.

Ação para obtenção do recurso: O responsável pela área de TI de cada Unidade Gestora, deve solicitar ao Setor de Logísticas os recursos necessários, conforme levantamento prévio.

Responsável pela obtenção do recurso: Setor de Logística da Unidade Gestora.

Recurso Material 02:

Descrição do recurso: adequação do espaço de instalação do equipamento, inclusive com refrigeração.

Quantidade: Dever ser informado ao Administrador do prédio, pelo setor de TI de cada Unidade Gestora.

Ação para obtenção do recurso: o administrador do prédio deve levantar a demanda e solicitar para o setor de logística.

Responsável pela obtenção do recurso: Setor de Logística da Unidade Gestora.

RECURSOS HUMANOS:

Recursos Humanos 01:

Fiscal Técnico do Contrato: Indicado pelo Setor/Núcleo de Tecnologia da Informação.

Perfil sugerido: Conhecimentos na área técnica de Tecnologia da Informação, Telecomunicações ou Elétrica. Deve possuir, se possível, experiência em contratações de soluções de TI conforme determina a IN SGD/ME 01/2019.

Atribuição: Fazer parte da equipe de aceitação da solução, fiscalizando os aspectos técnicos do contrato. Verificar se as instalações estão adequadas para receber a solução. Receber de forma provisória e/ou definitiva os equipamentos adquiridos. Participar da gestão do contrato de sua Unidade Gestora.

Recursos Humanos 02:

Fiscal Administrativo do Contrato: Indicado pelo Setor de Logística.

Perfil sugerido: Conhecimentos na área de administração. Deve possuir, se possível, experiência em contratações de soluções de TI conforme determina a IN SGD/ME 01/2019.

Atribuição: Fazer parte da equipe de aceitação da solução, fiscalizando os aspectos administrativos do contrato. Receber de forma provisória e/ou definitiva os equipamentos adquiridos. Participar da gestão do contrato de sua Unidade Gestora.

Recursos Humanos 03:

Fiscal Requisitante do Contrato: Indicado pelo Setor/Núcleo de Tecnologia da Informação.

Perfil sugerido: Conhecimentos na área técnica de Tecnologia da Informação, Telecomunicações ou Elétrica. Deve possuir, se possível, experiência em contratações de soluções de TI conforme determina a IN SGD/ME 01/2019.

Atribuição: Fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução. Receber de forma provisória e/ou definitiva os equipamentos adquiridos. Participar da gestão do contrato de sua Unidade Gestora.

Recursos Humanos 04:

Servidor da Área de Patrimônio: Indicado pelo Setor/Núcleo de Controle Patrimonial.

Perfil sugerido: Conhecimentos na área de administração ou logística. Deve possuir experiência no gerenciamento do sistema de controle patrimonial da Polícia Federal (E-log).

Atribuição: Incluir os equipamentos adquiridos no sistema E-log, após aprovação e autorização de pagamento da nota fiscal pelo Ordenador de Despesa.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 12.239.356,29

O valor global estimado é de R\$ 12.239.356,29. Este valor foi obtido através de:

- 1. Consultas ao Painel de Preços (contratações similares de outros órgãos de segurança).
- 2. Pesquisa direta com fabricantes e distribuidores autorizados.
- 3. Aplicação da média aritmética, expurgando valores manifestamente inexequíveis ou excessivos, conforme a IN 65/2021.

ORÇAMENTO ESTIMADO				
ITEM	DESCRIÇÃO	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total
I	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini)	644	R\$ 4.307,50	R\$ 2.774.030,00
II	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU	415	R\$ 4.224,67	R\$ 1.753.239,43

	TRIPÉ			
III	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+	496	R\$ 12.714,36	R\$ 6.306.322,56
IV	FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7	551	R\$ 2.649,30	R\$ 1.459.736,30
Total Estimado para a Licitação R\$ 12.239.356,29				

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Fundamentada no **Art. 41, I, da Lei 14.133/21 (Padronização)**. A Polícia Federal utiliza o software proprietário ABIS, cujos módulos de captura foram desenvolvidos especificamente para os SDKs das marcas Canon e Akiyama. A adoção de marcas sem drivers compatíveis exigiria um novo ciclo de desenvolvimento de software, homologação técnica e treinamento de 27 regionais, gerando um "custo de troca" (*switching cost*) proibitivo e riscos de segurança da informação.

São levados em consideração nas necessidades tecnológicas, os impactos das políticas de segurança da Polícia Federal na performance do equipamento, e as necessidades de robustez dos equipamentos para uso em atividades junto às estações de emissão de passaportes ao longo das unidades da PF.

As necessidades tecnológicas devem garantir que o equipamento entregue ao usuário, seja adequado a realização de suas atividades, com segurança e desempenho.

A padronização nas marcas **Akiyama (Watson Mini)** e **Canon (Linha EOS)** é imperativa por:

- **Interoperabilidade:** O sistema ABIS da PF é customizado para os SDKs destas marcas. A troca exigiria novo desenvolvimento de software, testes de homologação e riscos de segurança, com custos superiores à economia de uma eventual troca.
- **Eficiência Operacional:** Equipes técnicas já treinadas no manuseio e manutenção básica destes modelos, otimizando o tempo de resposta.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A economia se dá pela **Escala e Competitividade**. Ao realizar uma compra centralizada para todo o Brasil, a PF obtém preços de atacado significativamente menores do que em compras pulverizadas pelas Superintendências. O parcelamento por itens permite que pequenas e médias empresas especializadas disputem itens específicos (como os cenários), enquanto grandes players competem pelos itens de alta tecnologia.

Os valores unitários dos bens a que se pretende adquirir foram obtidos a partir da média de preços encontrados em pesquisas a sites especializados, de preços praticados em atas de registro de preços praticados por órgãos da Administração (PAINEL DE PREÇOS) e preços fornecidos por representantes do comércio de equipamentos especializados, conforme Mapa Comparativo de Preços, já anexada aos autos desse processo (SEI 142124920). Os valores obtidos estão apresentados a seguir, para conformação das demandas das Unidades Gestoras:

LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini): R\$ 4.307,50

CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ: R\$ 4.224,67;

CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+: R\$ 12.714,36

FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7: R\$ 2.649,30

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manutenção da soberania na identificação civil, agilidade no atendimento ao cidadão, padronização do parque tecnológico e redução de custos com manutenção corretiva em equipamentos obsoletos.

- Social:** Redução no tempo de espera do cidadão para emissão de passaportes.
- Econômico:** Redução de gastos com manutenção corretiva de equipamentos antigos.
- Operacional:** Padronização do parque tecnológico, facilitando o suporte técnico e a substituição imediata de peças entre diferentes unidades.
- Sustentável:** Garantia de descarte ecológico através de cláusulas de logística reversa.

17. Providências a serem Adotadas

- Designação de Fiscais:** Nomeação formal das equipes de fiscalização técnica, administrativa e requisitante (observando a segregação de funções).
- Preparação de Infraestrutura:** Orientação aos SELOGs regionais para garantir a estabilidade da rede elétrica (instalação de no-breaks e aterramento).
- Plano de Distribuição:** Elaboração de cronograma logístico para entrega dos itens em unidades de difícil acesso.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Requisitante Titular

CRISTIANO COSTA SILVA
Autoridade competente

Despacho: Integrante Requisitante Substituto

BENJAMIM BECKENBAUER DINIZ MURTA
Membro da comissão de contratação

Despacho: Integrante Técnico Titular

GILBERTO PEREIRA LANDIM

Equipe de apoio

Despacho: Integrante Técnico Substituto

FABIO RODRIGUES TEIXEIRA

Equipe de apoio

Despacho: Integrante Administrativo Titular

DANIEL CARVALHO DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 01/05/2026 às 19:11:27.

Despacho: Integrante Administrativo Substituto

RODRIGO DOS SANTOS MARQUES PORTO

Agente de contratação



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE (LEITOR BIOMÉTRICO 2X2X1 (WATSON MINI), CENÁRIO FOTOGRÁFICO, CÂMERA FOTOGRÁFICA T7 E FLASH), PARA O QUAL FORAM EXPOSTOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E APONTADOS OS MOTIVOS EM RAZÃO DE COMPATIBILIDADE TÉCNICA.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO
1	326521	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini)
2	272710	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPIÉ
3	402123	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+
4	470969	FLASH EXTERNO MAKO COM SUPORTE PARA CANNON T7

DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DO BEM:	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1 (Watson Mini) P/ ESTAÇÃO CIVIL
<p>- Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal AKIYAMA WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM), para sistema de emissão e entrega de passaportes</p> <p>Características Técnicas: Resolução: 500 ppi, Escala de 256 tons de cinza, Formato de Imagens suportados: RAW, WSQ, BMP, JPEG2000, PNG, Área de leitura: (Largura x Altura) 40.64 mm x 38.1 mm, Comunicação e alimentação USB 2.0, Certificação do FBI: apêndice F, Permite captura de até dois dedos pousados e de uma única impressão digital rolada, SO suportados: Windows 7, Windows 8.X, Windows XP, Windows Server, Windows Mobile 6.5, Linux, Android 4.0 (ou superior)</p>	



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

DESCRIÇÃO DO BEM:	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ
<p>- Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaportes</p> <p>Descrição do cenário fotográfico: 02 (duas) faces, em cinza 18% (RGB 210, 210, 210) ou padrão Munsell N4 (para servir de balanço de branco) e outra face que permita que a foto capturada resulte em uma imagem com fundo totalmente branco, limpo e sem sombras. Antibrilho, Antissombras, Antipontos da foto digital. 65 cm (largura) x 85 cm (altura) \pm 5%. Tela Rígida.</p> <p>Descrição do suporte ou tripé: Tripé com haste telescópica em 3 seções. Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência. Permitir o ajuste de altura da base do painel entre 0.45 m e 0.85 m do solo \pm 5 cm. Ser de fácil montagem e desmontagem sem auxílio de ferramentas, permitindo que o painel seja alternado entre as duas faces (lado branco e cinza).</p>	

DESCRIÇÃO DO BEM:	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+
<p>- Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10), para sistema de emissão e entrega de passaportes</p> <p>Descrição: Dimensões : Aprox. 129,0 x 101,3 x 77,6 mm Gravação de Vídeo : Full HD (1080p) em 24p, 25p e 30p Processador de Imagem : DIG!C 4+. Conectividade : HDMI, NFC, USB, Wi-Fi Monitor LCD : Tela LCD de 3.0" FPS : 3.0 fps Tipo de Cartão de Memória : SD/SDXC/SDHC, Eye-Fi Modelo da Câmera : EOS Rebel T7 Características : Full HD 1080p Vídeo</p> <p>Peso : Aprox. 475g (somente corpo) Lentes Compatíveis : Lentes Canon EF e EF-S Fonte de Energia : 1 Bateria LP-E10</p> <p>* Acessório opcional (vendido separadamente): adaptador de energia ACK-E10</p> <p>Número de Disparos: Com disparo através do visor: Aprox. 500 disparos à temperatura ambiente (23 °C) Aprox. 410 disparos a baixas temperaturas (0 °C). Com disparo no modo Visualização Direta: Aprox. 180 disparos à temperatura ambiente (23 °C) Aprox. 170 disparos a baixas temperaturas (0 °C)</p> <p>Nível da Bateria: Verificação do nível de bateria automática ao ligar a câmera. O nível da bateria é indicado em 4 níveis na tela LCD. Economia de Energia:</p> <p>A câmera desativa após determinado período sem uso, conforme pré-configuração. *[Desliga Auto] ajustável para 30 seg, 1 min, 2 min, 4 min, 8 min, 15 min ou desativado. Data/Hora Bateria:</p>	



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

DESCRIÇÃO DO BEM:	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7+
<p>Bateria secundária integrada. Quando completamente carregada, a data e hora se mantêm por aproximadamente 3 meses. Tempo Start-up: Aprox. 0,1 seg. (baseado no padrão CIPA)</p> <p>Série : EOS Sensibilidade ISO : 100-6400 Velocidade do Obturador : 30 seg. a 1/4000 seg., ajustável manualmente em incrementos de 1/3 ou 1/2 Fator de Corte/ Sensor de Imagem (CMOS) : 1.6x/ APS-C</p>	

DESCRIÇÃO DO BEM:	FLASH EXTERNO MAKO COM SUPORTE PARA CANNON T7
<p>- Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601), para sistema de emissão e entrega de passaportes</p> <p>Descrição do suporte: Movimento giratório nos sentidos verticais e horizontais em ângulo suficiente para ajustes na captura da foto. As lâmpadas do Flash deverão estar posicionadas, uma ao lado esquerdo e outra ao lado direito da câmera, ambas a uma distância máxima de 10 cm desta, e afixadas no mesmo suporte (sargento). Cabeça giratória do tipo bola. Com regulagem de altura com amplitude de 30 cm (± 3 cm). Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência. Deve possuir fonte (flash gerador) com cabo tripolar para rede. Deve possuir cabo para alimentação.</p> <p>Descrição dos refletores: Tipo de lâmpada Xenon. Número de lâmpadas: 02 (duas). Temperatura de cor: Fonte AC/DC bivolt 110/220. Sincronização automática com a funcionalidade de captura de face, por meio de sensor óptico ou cabo de sincronismo.</p>	



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

ID 1	ITEM I - Leitor biométrico 2x2x1		
	(Scanner de captura de impressão digital, modo pousado e rolado)		
	CATMAT 326521 - Descrição : Identificador biométrico digital, identificador biométrico digital		
1.1	Característica	Detalhamento da característica	Exigência
1.1.1	Scanner biométrico	Tecnologia que permita captura em modo pousado e rolado	Obrigatório
1.1.2	Área de Leitura	Dimensões da superfície de leitura mínimas de 40 x 35 mm (Largura x Altura)	Mínimo obrigatório
1.1.3	Temperatura de operação	Deve ser capaz de operar entre 0º e 50º C	Obrigatório
1.1.4	Tipo de acionamento	Permitir o acionamento automático do leitor, quando o usuário pousar o dedo, bem como permitir o acionamento automático da captura rolada quando o usuário iniciar a rolagem do dedo	Obrigatório
1.1.5	Filtragem e rejeição de resíduos de impressões digitais	Filtragem e rejeição de resíduos de imagens de impressões digitais. Verificação da capacidade de análise de presença de sujeira no prato do leitor de coleta com parametrização para determinação do limiar de ação para determinar calibragem ou rejeição	Obrigatório
1.1.6	Visualização em tempo real	Permitir a visualização da imagem da impressão digital sendo capturada, em tempo real, na interface do usuário; possibilitar a visualização da impressão digital após a coleta	Obrigatório
1.1.7	Controle de Qualidade	Disponibilizar funcionalidades para o controle de qualidade da coleta, mitigando, em tempo real, vícios de captura. Oferecer indicações visuais e/ou sonoras para auxiliar o operador na captura das impressões digitais (também podendo ser feito via SDK) para: 1. evitar a derrapagem horizontal, vertical e a torção do eixo na imagem; 2. evitar a rolagem dos dedos com velocidade inadequada (incluindo efeito cortina), emitindo indicações dinâmicas de orientação para a captura da impressão digital rolada; 3. evitar o mau posicionamento do dedo para a coleta, incluído indicações do correto posicionamento	Obrigatório



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 1	ITEM I - Leitor biométrico 2x2x1		
	(Scanner de captura de impressão digital, modo pousado e rolado)		
	CATMAT 326521 - Descrição : Identificador biométrico digital, identificador biométrico digital		
1.1.8	Proteção contra fraude	Disponibilizar recursos que evitem fraudes com simulacros que se assemelhem à impressão digital	
1.1.9	Controle de sequência	Possibilitar ao software de cadastro o controle de sequência no padrão 2:2:1 Possibilitar ao software de cadastro a detecção da presença de dedos repetidos, possibilitando a reparação do erro sem a necessidade de reinício de coleta	Obrigatório
1.1.10	Retomada de coleta após interrupção	Capacidade de retomada da coleta após interrupção, sem perda de dados já coletados e mantendo a consistência do procedimento 2:2:1 Possuir controle de eventos já realizados para que a captura, em caso de interrupção, possa ser retomada do ponto onde foi interrompida, devendo ainda, permitir o controle de sequência da coleta, oportunizando, a comando do operador, a repetição da coleta de qualquer das impressões digitais de qualquer dedo	Obrigatório
1.1.11	Anotação e controle de anomalias	Possibilitar o registro da coleta de fenômenos como amputações, enfaixamento, danificações, ausência de coleta e outros	Obrigatório
1.1.12	Validação de coleta	Disponibilizar funcionalidades de validação da qualidade da coleta, com coleta prévia das impressões pousadas e checagem posterior dos dedos rolados contra as pousadas previamente coletadas, fornecendo uma mensagem de erro em caso de não batimento biométrico entre a impressão digital rolada e sua respectiva pousada	Obrigatório
1.1.13	Detecção de dobra interfalangeana	Identificar a presença da dobra interfalangeana e selecionando/recortando a imagem de forma automática, garantindo a leitura das minúcias apenas acima da dobra e o perfeito posicionamento no que se refere à angulação e à centralização da imagem	Obrigatório
1.2	Conformidade	Detalhamento da conformidade	Exigência
1.2.1	Certificação do FBI	Constar na lista de produtos certificados pelo FBI, tendo como base a especificação Appendix F da Eletronic Biometric Transmission Specification (EBTS)	Obrigatório
1.3	Imagem	Detalhamento da imagem	Exigência
1.3.1	Resolução	500 ppi	Obrigatório
1.4	Software	Detalhamento do software	Exigência



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 1	ITEM I - Leitor biométrico 2x2x1		
	(Scanner de captura de impressão digital, modo pousado e rolado)		
	CATMAT 326521 - Descrição : Identificador biométrico digital, identificador biométrico digital		
1.4.1	Sistema Operacional Suportado	Windows	Obrigatório
1.4.2.	SDK	Fácil integração Permitir customização por parte do fornecedor do software de cadastramento, inclusive contemplando que o equipamento possa ser ligado ou desligado conforme necessidade	Obrigatório
1.4.3	Configuração e atualização	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório
1.5	Hardware	Detalhamento do Hardware	Exigência
1.5.1	Alimentação	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório
1.5.2	Comunicação	Via USB 2.0 ou superiores	Obrigatório
1.6	Documentação	Detalhamento da Documentação	Exigência
1.6.1	Documentação	Fornecer documentação com os procedimentos de instalação e de utilização do equipamento. Esses documentos deverão ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil e entregues em meio digital, de forma compatível com OpenOffice, HTML e/ou PDF	Obrigatório
1.7	Marca	Detalhamento de Marca e Modelo Homologado pela PF no Parque Tecnológico para Emissão de Passaportes	Exigência
1.7.1	AKIYAMA WATSON MINI	Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM	Obrigatório

ID 2	ITEM II - Cenário Fotográfico (Módulo para Captura de imagens fotográficas)		
	CATMAT 272710- QUADRO BRANCO		
2.1	Painel		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
2.1.1	Superfície	Antibrilho, Antissombras, Antipontos da foto digital	Obrigatório
2.1.2	Dimensões	65 cm (largura) x 85 cm (altura) ± 5%	Obrigatório
2.1.3	Formato	2 faces, em cinza 18% (RGB 210, 210, 210) ou padrão Munsell N4 (para servir de balanço de branco) e outra face	Obrigatório



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

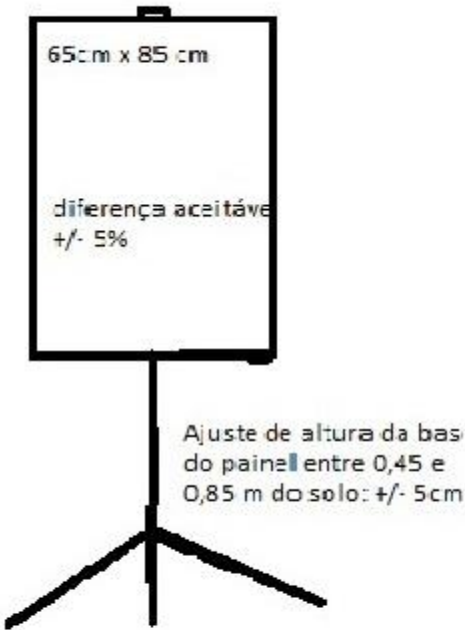
ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 2	ITEM II - Cenário Fotográfico (Módulo para Captura de imagens fotográficas)		
	CATMAT 272710- QUADRO BRANCO		
2.1	Painel		
		que permita que a foto capturada resulte em uma imagem com fundo totalmente branco, limpo e sem sombras	
2.1.4	Material	Tela Rígida	Obrigatório
2.1.5	Conformidade	ICAO 9303-3	Obrigatório
2.1.6	Peso da estrutura	10 kg	Máximo Obrigatório
2.2	Suporte para painel		
2.2.1	Tipo	Cenário (conjunto) fotográfico com haste telescópica em 3 seções, com ou sem banqueta dobrável No caso de fornecimento de Cenário Fotográfico com banquetas, esta deve ser completamente dobrável, sem prejuízo para a estabilidade do equipamento e permitindo o uso com uma cadeira externa	Obrigatório
2.2.2	Material	Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência	Obrigatório
2.2.3	Dimensões	Permitir o ajuste de altura da base do painel entre 0.45 m e 0.85 m do solo \pm 5 cm	Obrigatório
2.2.4	Manuseio	Ser de fácil montagem e desmontagem sem auxílio de ferramentas, permitindo que o painel seja alternado entre as duas faces (lado branco e cinza)	Obrigatório
3.0	Imagem Ilustrativa		



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 2	ITEM II - Cenário Fotográfico (Módulo para Captura de imagens fotográficas) CATMAT 272710- QUADRO BRANCO
2.1	Painel
	



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 3	ITEM III - Câmera fotográfica		
	CATMAT: 402123 - Descrição: Câmera fotográfica digital, tipo zoom: ótico de 5x, tipo foco: automático, tipo visor: lcd, características adicionais: redução olhos vermelhos, cabos conexão computador e, capacidade memória: mínima de 8 mb, resolução mínima: 2,0 megapixels.		
3.1	Sensor de captura de imagem		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
3.1.1	Resolução	16 Megapixels	Mínimo obrigatório
3.1.2	Resolução	Sensor de captura de imagem com resolução mínima suficiente que garanta que a imagem da face capturada, a uma distância de 120 cm, sem zoom digital, presente, no mínimo, 120 pixels não interpolados entre os olhos. A medida adotada para referência de distância entre o centro dos olhos é de 60 a 65 mm	Mínimo obrigatório
3.1.3	Tipo	Sensor CMOS	Obrigatório
3.2	Lentes		
3.2.1	Tipo	Vidro	Obrigatório
3.2.2	Alcance do foco	Permitir foco de objetos ou pessoas a uma distância entre 50 e 120 cm	Obrigatório
3.2.3	Zoom	Deve possuir zoom óptico	Obrigatório
3.3	SDK		
3.3.1	Abertura e disparo	Permitir o controle pelo SDK	Obrigatório
3.3.2	Abertura e disparo	Possuir controle manual	Obrigatório
3.3.3	Customização	Permitir que o fornecedor do software de cadastro de pessoas customize o funcionamento, conforme necessidade	Obrigatório
3.4	Funcionalidades		
3.4.1	Balanco de Branco	Automático e personalizado. Nublado, Luz do Dia, Flash, Fluorescente, Tungstênio Ajuste manual do balanço do branco Deve permitir que o dispositivo de captura de imagens digitais dispare uma foto do painel do módulo cenário (lado cinza) e a utilize para calibração automática do balanço do branco	Obrigatório
3.4.2	Sensibilidade	ISO automático, 100 a 3200	Mínimo obrigatório



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 3	ITEM III - Câmera fotográfica		
	CATMAT: 402123 - Descrição: Câmera fotográfica digital, tipo zoom: ótico de 5x, tipo foco: automático, tipo visor: lcd, características adicionais: redução olhos vermelhos, cabos conexão computador e, capacidade memória: mínima de 8 mb, resolução mínima: 2,0 megapixels.		
3.1	Sensor de captura de imagem		
3.4.3	Sensibilidade	Permitir controle manual do ISO	Obrigatório
3.4.4	Correção de olhos vermelhos	Automática	Obrigatório
3.5	Iluminação		
3.5.1	Flash	Acionamento dos flashes externos por dispositivo de sincronismo óptico por conexão direta, ou por outro tipo de conexão, que seja controlado pelo SDK	Obrigatório
3.5.2	Suporte	A comunicação da câmera com o flash externo deverá ser via sapata Hotshoe ou, caso ela não a possua, esta comunicação deverá ser através de cabo foto sensor conectado a flash pop-up ou a outro item	Obrigatório
3.6	Arquivo de Saída		
3.6.1	Formato	JPEG, RAW	Mínimo obrigatório
3.7	Interface		
3.7.1	USB	2.0 ou superiores	Obrigatório
3.7.2	Cabo	1.5 a 1.8 metros	Obrigatório
3.8	Alimentação		
3.8.1	Interface	Possuir alimentação elétrica, operando de 100 - 130 volts e de 190 - 240 volts, 50/60 Hz (ajuste automático) ou por meio de interface USB 2.0 ou superiores Caso o equipamento não seja bivolt, esta característica deverá ser atendida por meio de fornecimento de um transformador externo com tomada tripolar e potência suficiente para garantir o funcionamento adequado do aparelho	Obrigatório
3.8.2	Baterias	Recarregáveis, sendo aceitos modelos de bateria específicos do fabricante ou do tipo AA ou AAA, com capacidade de carga elétrica mínima de 2.000 mAh .	Obrigatório
3.8.3	Carregador	Carregador compatível com o modelo de bateria fornecido, quando não alimentado por cabo USB	Obrigatório
3.9	Conformidade		



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

ID 3	ITEM III - Câmera fotográfica		
	CATMAT: 402123 - Descrição: Câmera fotográfica digital, tipo zoom: ótico de 5x, tipo foco: automático, tipo visor: lcd, características adicionais: redução olhos vermelhos, cabos conexão computador e, capacidade memória: mínima de 8 mb, resolução mínima: 2,0 megapixels.		
3.1	Sensor de captura de imagem		
3.9.1	ICAO	9303-3	Mínimo obrigatório
3.9.2	ISO	19794-5	Mínimo obrigatório
3.10	Suporte		
3.10.1	Suporte	Conjunto com sargento, haste e suporte que permita regulagem de altura e ajuste de posição/angulação	Obrigatório
3.11	Marca	Detalhamento de Marca e Modelo Homologado pela PF no Parque Tecnológico para Emissão de Passaportes	Exigência
3.11.1	CANNON T7+	Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus)	Obrigatório

ID 4	ITEM IV - Flash Externo com Suporte		
	(Conjunto de flash externo para fotografia) CATMAT: 470969- Descrição : Lâmpada xenônio, potência: 300 w, voltagem: 15 v		
4.1	Suporte		
ID	Características	Detalhamento das características	Exigência
4.1.1	Movimento giratório	Nos sentidos verticais e horizontais em ângulo suficiente para ajustes na captura da foto	Obrigatório
4.1.2	Posição e fixação em mesa	As lâmpadas do Flash deverão estar posicionadas, uma ao lado esquerdo e outra ao lado direito da câmera, ambas a uma distância máxima de 10 cm desta, e afixadas no mesmo suporte (sargento).	Obrigatório
4.1.3	Fixação de leitura da face	Cabeça giratória do tipo bola.	Obrigatório
4.1.4	Haste	Com regulagem de altura com amplitude de 30 cm (\pm 3 cm)	Obrigatório
4.1.5	Material	Alumínio e Plástico de Engenharia de Alta Resistência	Obrigatório



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS – SR/PF/MG
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA EMISSÃO DE PASSAPORTES

4.1.6	Fonte	Deve possuir fonte (flash gerador) com cabo tripolar para rede	Obrigatório
4.1.7	Cabo	Deve possuir cabo para alimentação	Obrigatório
4.2	Refletores		
4.2.1	Tipo de lâmpada	Xenon	Obrigatório
4.2.2	Número de lâmpadas	02	Obrigatório
4.2.3	Temperatura de cor	5.500 K	Obrigatório
4.2.4	Alimentação	Fonte AC/DC bivolt 110/220	Obrigatório
4.2.5	Sincronização	Sincronização automática com a funcionalidade de captura de face, por meio de sensor óptico ou cabo de sincronismo	Obrigatório
4.3	Marca	Detalhamento de Marca e Modelo Homologado pela PF no Parque Tecnológico para Emissão de Passaportes	Exigência
4.3.1	MAKO	Flash Externo Kit Flash MAKO Modelo ID BIO PFP00437 com gerador	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Superintendência de Polícia Federal em Minas Gerais, com sede à Avenida Raja Gabáglia, nº 1.597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0029- 37, neste ato representada pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, Delegado de Polícia Federal, RICHARD MURAD MACEDO, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, nomeado pela Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 04 de janeiro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 17.102, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/XXXX, processo administrativo nº 08350.020030/2025-31, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto a eventual aquisição de solução de tecnologia da informação e comunicação de periféricos para emissão de passaportes, para manutenção do sistema de Solução Integrada de Identificação Biométrica (ABIS) para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos Participantes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital de Licitação nº XX/XXXX, que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO, GARANTIA OU VALIDADE
01	LEITOR BIOMÉTRICO 2x2x1(Watson Mini)	Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal AKIYAMA WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	AKIYAMA	UNIDADE				

02	CENÁRIO FOTOGRÁFICO COM SUPORTE OU TRIPÉ	Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	XXXX	UNIDADE				
03	CÂMERA FOTOGRÁFICA CANNON T7	Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	CANNON T7	UNIDADE				
04	FLASH EXTERNO COM SUPORTE PARA CANNON T7+	Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	MAKO	UNIDADE				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador: Superintendência de Polícia Federal em Minas Gerais – UASG 200350
- 3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- UASG 200346 – Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia (SR/PF/BA)
- UASG 200378 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO)
- UASG 200390 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí (SR/PF/PI)
- UASG 200372 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS)
- UASG 200354 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS)
- UASG 200404 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins (SR/PF/TO)
- UASG 200344 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe (SR/PF/SE)
- UASG 200376 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (SR/PF/GO)
- UASG 200380 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (SR/PF/AC)
- UASG 200338 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (SR/PF/DF)
- UASG 200358 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas (SR/PF/AL)
- UASG 200394 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte (SR/PF/RN)
- UASG 200360 – Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP)
- UASG 200392 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará (SR/PF/CE)
- UASG 200352 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES)
- UASG 200396 – Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba (SR/PF/PB)
- UASG 200370 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina (SR/PF/SC)
- UASG 200364 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná (SR/PF/PR)
- UASG 200374 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso (SR/PF/MT)
- UASG 200402 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP)
- UASG 200386 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará (SR/PF/PA)
- UASG 200288 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão (SR/PF/MA)
- UASG 200356 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (SR/PF/RJ)
- UASG 200398 – Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE)
- UASG 200382 – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas (SR/PF/AM)
- UASG 200366 – Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares
- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital] OU [aviso de contratação direta] e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*, e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados

pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.19, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Belo Horizonte, na data da assinatura.

RICHARD MURAD MACEDO
Superintendente Regional
Ordenador de Despesas
SR/PF/MG

XXXXX XXXXXXXX
Representante legal do Fornecedor registrado
CPF XXXXXXXXXX

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de compras/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

Atualização: AGO/2025



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL CARVALHO DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 11/05/2026, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146025697&crc=5FDA2C61.
Código verificador: **146025697** e Código CRC: **5FDA2C61**.

Referência: Processo nº 08350.020030/2025-31

SEI nº 146025697



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/MG

MINUTA DE CONTRATO

A União Federal, por intermédio da Superintendência de Polícia Federal em Minas Gerais, com sede à Avenida Raja Gabágliã, nº 1.597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0029- 37, neste ato representada pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, Delegado de Polícia Federal, RICHARD MURAD MACEDO, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, nomeado pela Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 04 de janeiro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 17.102, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXX XXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada à XXXXXX,XXXXXXXXX doravante designada a CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. (a) XXXX XXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX, expedida pelo XXXXX, e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, tendo em vista o que consta no Processo nº 08350.004380/2024-79 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de solução de tecnologia da informação e comunicação de periféricos para emissão de passaportes, para manutenção do sistema de Solução Integrada de Identificação Biométrica (ABIS) para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos Participantes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM DO PREGÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Leitor Biométrico 2x2x1, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal AKIYAMA WATSON MINI (Leitor Biométrico Akiyama Watson Mini AK, PN: AKFP2DEL-WM), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	326521	UNIDADE	785		

2	Cenário Fotográfico com suporte ou tripé, para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	272710	UNIDADE	546		
3	Câmera Fotográfica, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Câmera Digital Canon EOS Rebel T7+ (T7 plus), equipado com kit de lente 17-55mm, Cartão de memória modelo SD com capacidade de, no mínimo, 2 GB, Cabo USB x Mini USB marca 3ATech modelo USB-MiniUSB e Adaptador energia marca 3ATech modelo ACK-E10), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	402123	UNIDADE	605		
4	Flash Externo com suporte, marca compatível com o parque tecnológico da Polícia Federal CANNON T7+ (Flash Externo Kit Flash Mako Modelo ID BIO PFP00437 com gerador, suporte e cabo de sincronismo e adaptador SM-601), para sistema de emissão e entrega de passaportes, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I desse Termo de Referência	470969	UNIDADE	665		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A vigência contratual vincula-se ao cumprimento integral das obrigações de entrega e recebimento definitivo dos equipamentos, devendo o contrato ser formalizado enquanto vigente a Ata de Registro de Preços nº [_____/____].

2.3. Na hipótese de o objeto não ser concluído no período firmado no subitem 2.1, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa exclusiva do CONTRATADO.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência :
- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[\[A2\]](#)
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;[\[A3\]](#)
- 9.1.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.1.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.1.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.22. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.24. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.26. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.27. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.
- 12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.6. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 12.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. [\[A1\]](#)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 14.1.1. Gestão/Unidade:
- 14.1.2. Fonte de Recursos:
- 14.1.3. Programa de Trabalho:
- 14.1.4. Elemento de Despesa:
- 14.1.5. Plano Interno:
- 14.1.6. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#)

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

**RICHARD MURAD MACEDO
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SRMG
ORDENADOR DE DESPESAS**

**XX XXXXXXXX
Representante Comercial
Empresa XXXXXX**

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL CARVALHO DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 11/05/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146026030&crc=71FD2E58.

Código verificador: **146026030** e Código CRC: **71FD2E58**.
